

# PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO CISTERCIENSE E SUA INTEGRAÇÃO NA PAISAGEM

**Tereno\***, **Maria do Céu Simões**, **Pereira\*\***, **Marízia M. D. & Tereno\*\*\***,  
**António Vitorino Simões**

\* Departamento de Arquitectura

\*\* Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento

\*\*\* Mestre em História Contemporânea

Universidade de Évora, Rua Romão Ramalho, 59, 7000 Évora. Portugal

[ceuteren@gmail.com](mailto:ceuteren@gmail.com); [mariziacmdp3@gmail.com](mailto:mariziacmdp3@gmail.com); [atereno@netcabo.pt](mailto:atereno@netcabo.pt);

## **Resumo:**

A Ordem de Cister teve uma importância muito significativa no desenvolvimento do território nacional, desde a sua fundação, que ficou a dever-se a D. Afonso Henriques. Este monarca doou aos monges de Cister vastos terrenos na região das Beiras, para que aí pudessem fundar o seu mosteiro.

Tratava-se de uma região pouco povoada em terrenos recém-conquistados, e que importava povoar e tornar produtiva. O papel dos monges de Cister foi fundamental, não apenas pelos edifícios de carácter religioso que nos legaram, e muitos dos quais são ainda património monumental valioso, mas também pelo seu saber no âmbito do desenvolvimento rural que promoveram através de granjas e quintas, fundadas no território referido, que posteriormente se desenvolveram e estiveram na génese de algumas localidades.

Propusemo-nos neste trabalho, estudar os vestígios deixados pelos monges desta ordem, quer na arquitectura de maior relevância, os mosteiros, e também no âmbito das construções/estruturas rurais que realizaram para servir de suporte às actividades desenvolvidas na agricultura.

Assim, irão estudar-se as estruturas arquitectónicas de carácter agrícola na Região das Beiras. Por se tratar de construções/estruturas menos relevantes, e portanto passíveis de terem sido menos bem conservadas do que os edifícios religiosos, cujo uso se manteve sempre ao longo dos tempos, infere-se que em muitos casos poderemos depararmo-nos apenas com alguns vestígios. No entanto, parece-nos de interesse fazer o estudo e levantamento do que for possível encontrar, e procurar definir, a existência de uma tipologia espacial e construtiva, tal como ocorria na construção dos mosteiros. Simultaneamente estudar-se-á a integração de todas as estruturas referidas nas paisagens circundantes, bem como a razão da escolha dos locais seleccionados.

**Palavras-chave:** Património, estruturas arquitectónicas, integração na paisagem.

**Abstract:**

The Cistercian Order had a very significant importance in the development of the national territory, since its foundation, which was due to D. Afonso Henriques. This monarch donated to the Cistercian monk's vast lands in the region Tarouca e Salzedas, in order that they could found their monastery. It was a sparsely populated region in the newly conquered land, and was necessary to populate and become productive. The role of Cistercian monks was essential not only for creating buildings of a religious nature, and many of which are still valuable monuments but also for their knowledge in the context of rural development promoted through farms and estates, based on that territory, which subsequently developed and were in the genesis of some locations. We proposed in this paper, to study the traces left by the monks of this order, either in the architecture of greater relevance, such as monasteries, also on buildings / structures cottages done to serve as support to their activities in agriculture. So we will be studying the architectural structures of agricultural nature in the region of Beiras. They are related to buildings / structures less relevant and therefore likely to have been less well preserved than the religious buildings, the use of which has always maintained over time, it appears that in many cases we come across with a few traces. However, it seems of interest to the study and survey of what is possible to find, and seeking to establish the existence of a typology of spatial and constructive kind, as occurred in the construction of monasteries. While studying the integration of all the structures mentioned in surrounding landscapes, as well as the reason for choosing the sites selected.

**Keywords:** Heritage, architectural structures, landscape.

## **Introdução**

O estudo da conservação e salvaguarda do património construído, área que consideramos de muito interesse no âmbito do património cultural, foi orientado para os Mosteiros de S. João de Tarouca, e de Santa Maria de Salzedas, bem como para as estruturas agrícolas da Ordem de Cister pertencentes a estes mosteiros. A par deste estudo procurou entender-se também, para além do que estava

estatuído no Exórdio de Cister<sup>1</sup> as razões da escolha dos locais de implantação bem como a paisagem que actualmente envolve e envolveu estes mosteiros e suas estruturas agrícolas.

A satisfação dos princípios estabelecidos no Exórdio de Cister numa fase inicial e o posterior afluxo de populações destinadas ao povoamento daquelas regiões sugerem-nos facilmente a influência arquitectónica e organizacional dos monges nas extensas áreas que estiveram sob a sua tutela.

A Carta de *Burra*<sup>2</sup>, aprovada na Austrália, em 1980 estabelece como princípios orientadores para a preservação de um bem cultural: “Os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, proporcionando, muitas vezes, um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas. São registos históricos que se tornam importantes como expressões tangíveis da identidade e da experiência da Austrália. Os sítios com significado cultural reflectem a diversidade das nossas comunidades, dizendo-nos quem somos e qual foi o passado que nos

---

<sup>1</sup> Recordamos que o Exórdio de Cister estabeleceu princípios para a escolha de locais de implantação dos seus mosteiros e das estruturas dependentes, dando preferência, tendo em vista a auto-suficiência, a locais isolados, dotados de terrenos férteis com abundância de água, que permitissem uma vida austera dedicada à oração e ao trabalho, longe do contacto humano e porventura das tentações mundanas.

<sup>2</sup> A Carta de *Burra* referindo-se aos lugares de interesse de preservação, define lugar como local, área, terreno (lote), paisagem, edificação ou outra obra [edificada], conjunto de edificações ou outros conjuntos [edificados] e pode incluir componentes, conteúdo (12), espaços e vistas. A nota explicativa inclui ainda memoriais, árvores, jardins, parques, locais de eventos históricos, áreas urbanas, zonas industriais, sítios arqueológicos e locais religiosos ou espirituais. De acordo com o documento, o ‘Significado Cultural’ – valor estético, histórico, científico, social ou espiritual – determina o interesse de preservação. O ‘valor espiritual’ relaciona-se com a interpretação contemporânea do *genius loci*.

formou, assim como se formou a paisagem Australiana. Eles são insubstituíveis e preciosos.

Estes sítios com significado cultural devem ser conservados para as gerações actuais e futuras.”

Os edifícios monásticos, no âmbito deste trabalho, e o seu enquadramento paisagístico constituem conjuntos que podemos considerar solidários. Pensamos que a Declaração de Xi’An (2006) e a Carta de *Burra* (1999) referem aspectos muito relevantes na preservação dos bens culturais, mas também do que respeita ao seu enquadramento.

Pela relação íntima entre os edifícios, fosse qual fosse a sua natureza, com a sua envolvente, não podemos deixar de referir a importância dada pela Declaração de Xi’an à conservação da envolvente edificada dos sítios e áreas do património edificado<sup>3</sup>, e salientamos desta Declaração: “Reconhecer a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas de património cultural:

1. O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de património cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e carácter peculiar.”

Estes aspectos levam a procurar entender a razão da escolha específica de determinados locais para a implantação dos mosteiros e estruturas deles dependentes.

E podem levar-nos a pensar-se no conceito do espírito do lugar, que na opinião de Norberg – Schulz<sup>4</sup> tem características próprias que são independentes do estado de espírito do indivíduo que vivencia um determinado espaço. A estas características específicas atribui-se a designação de *genius loci*, um lugar com carácter.

---

<sup>3</sup> Adoptada em Xi’an, China, 21 de Outubro de 2005, Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL – Março 2006.

<sup>4</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*. Londres, Academy Editions, 1980.

Possivelmente estas características específicas determinaram por vezes a escolha dos locais de implantação quer dos mosteiros quer das outras estruturas associadas e dependentes dos mosteiros. Este conceito de espírito do lugar tem tradições que remontam às ocupações humanas anteriores aos gregos e romanos<sup>5</sup>.

Com o objectivo de contribuir para a salvaguarda da obra arquitectónica cisterciense, quer na sua vertente mais relevante e visível, os mosteiros, quer nas obras de menor importância, como as granjas e quintas e outras estruturas agrícolas, propusemo-nos estudar, do ponto de vista arquitectónico e da integração na paisagem que envolve estes conjuntos, o que ainda é possível identificar das estruturas das suas granjas e outras estruturas agrícolas.

Muitas destes conjuntos, com alguma excepção relativa aos mosteiros, encontram-se em estado precário de conservação, nomeadamente as mais antigas. São, pois, as quintas e granjas dos séculos XVII e XVIII, que mantêm algumas estruturas em estado menos degradado.

Assim, estudar-se-ão estruturas que estiveram relacionadas com os Mosteiros de S. João de Tarouca e Santa Maria de Salzedas.

Vamos procurar entender o reflexo que tiveram na arquitectura os aspectos mais relevantes do quotidiano espiritual e material dos monges cistercienses, através do remanescente arquitectónico rural pertencente aos conjuntos monásticos já referidos. Uma vertente que também parece relevante é a pesquisa da semelhança nas distribuições funcionais e organizacionais dos espaços utilizados pelos monges.

## **São João de Tarouca**

---

<sup>5</sup> Estes acreditavam que os espíritos, ou *genii*, velavam pelos lugares ocupados pelos homens esta crença parecia ser comum na Grécia e em Roma desde tempos imemoriais. Pensa-se que os Romanos poderão ter herdado a teoria sobre os *genii* dos Etruscos.

D. Maur de Cocheril, um profundo estudioso da Ordem de Cister em Portugal, aponta como data de implantação dos monges cistercienses entre nós, cerca de 1144, sem no entanto o poder afirmar com absoluta certeza<sup>6</sup>. Refere que vieram alguns monges de Claraval, enviados por S. Bernardo, e se implantaram na península Ibérica nessa altura. Não atribuindo crédito a uma lenda que mencionava um jovem frade, que seguiu D. Afonso Henriques e o ajudou contra as invasões mouras, razão que determinou a generosidade do rei para com os monges<sup>7</sup>, salienta, antes, que o jovem rei terá encarado com interesse, todos os elementos que pudessem contribuir para valorizar todo o território conquistado, razão que determinou o bom acolhimento da nova Ordem em Portugal<sup>8</sup>.

Instalaram-se pois, os monges na região norte do país, onde podiam considerar-se protegidos dos ataques dos mouros, cerca de 1144<sup>9</sup>.

Refere o Padre Miguel de Oliveira, que o mosteiro de Tarouca deve o seu início a uma pequena ermida existente no local, consagrada a S. João Baptista. Afirma que se tivesse origem cisterciense, seria de invocação de Santa Maria, como a maior parte dos cenóbios cistercienses. Esta designação aponta, pois, para uma implantação religiosa anterior aos cistercienses<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Dom Maur de Cocheril, " L'Ordre de Citeaux au Portugal – Le Probleme Historique", *Cidade de Évora*, nº 39/40, Évora, 1957/58, p.141

<sup>7</sup> Abade Vasco Moreira, *Monografia do Concelho de Tarouca – História e Arte*, Viseu, 1924, p. 55

<sup>8</sup> Dom Maur de Cocheril, " L'Ordre de Citeaux au Portugal – Le Probleme Historique", *Cidade de Évora*, nº 39/40, Évora, 1957/58, p. 142

<sup>9</sup> Porém Maria Alegria Fernandes Marques, em " A Introdução da Ordem de Cister em Portugal", *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, 1998, pp. 33-44, coloca a questão de outra forma, que não nos cabe aqui desenvolver por não se situar no âmbito deste trabalho.

<sup>10</sup> Padre Miguel de Oliveira, *Revista Portuguesa de História*, nº 5, 1951, p. 327

Artur Nobre de Gusmão, considera que a ordem de Cister entrou em Portugal cerca de 1140, tendo então afiliado a Abadia de S. João de Tarouca<sup>11</sup>.

Anos depois, em 8 de Abril de 1153, D. Afonso Henriques, doou aos monges dirigidos pelo Abade de Claraval, o lugar de Alcobaça, estabelecendo assim a fundação da Abadia de Alcobaça que se tornou a Casa-Mãe da Ordem em Portugal<sup>12</sup>.

O Papa Alexandre III concedeu-lhes uma bula em 1163, tomando-os sob a sua protecção e libertando-os do pagamento de dízimos sobre as terras por eles agricultadas<sup>13</sup>.

Posteriormente, cerca de meio século depois da fundação, já o mosteiro de Tarouca se tinha desenvolvido, de modo a poder considerar-se próspero. O Papa Celestino III concedeu e aumentou os privilégios que os seus antecessores lhe tinham atribuído<sup>14</sup>.

O conjunto monástico de S. João de Tarouca situa-se (Fig.1), na Serra de Leomil, em vale muito amplo e aprazível por onde corre o rio Barosa. O local de implantação deste mosteiro salienta-se pela forma como os terrenos cultivados em terraços envolvem o mesmo<sup>15</sup>.

Do conjunto monástico, pouco restou após as delapidações ocorridas na sequência da extinção das ordens religiosas, em 1834. Do mesmo subsistiu a Igreja, porque foi utilizada como paroquial, e

---

<sup>11</sup> Artur Nobre de Gusmão, *A Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1948, p.19. onde refere que " ... o outro, feito em 1140, é a carta de couto passada ao Mosteiro de S. João Baptista de Tarouca, o primeiro construído pela Ordem, em Portugal. " Ver também Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 26 e ainda Almeida Fernandes, em *ob. cit.*, nº 83, p. 46

<sup>12</sup> Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 25 e Ernesto Korrodi, *Alcobaça – Estudo Historico-Archeológico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*, Porto, 1929, p. 10

<sup>13</sup> Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 129

<sup>14</sup> Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 330

<sup>15</sup> Dom Maur de Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 65.

disseminado pelo espaço conventual encontram-se algumas ruínas, entre as quais o longo dormitório. Este edifício salienta-se do conjunto pela sua imponência e onde consta se abrigariam certamente mais do que os cerca de vinte monges que eram referidos na visitação de Abril de 1536<sup>16</sup>, e desenvolve-se paralelamente ao da Igreja (fig. 2).

A igreja que é descrita por D. Maur de Cocheril de forma bastante concisa, atribuindo-lhe como características marcantes ser robusta e rústica, e por esse motivo muito adequada a monges camponeses<sup>17</sup> apresenta planta cruciforme de três naves com cinco tramos.

No que respeita ao património de S. João de Tarouca, a pesquisa para encontrar as propriedades dos monges deste mosteiro, encontra-se bastante facilitada, graças ao profícuo trabalho de A. Almeida Fernandes <sup>18</sup> , que de modo exaustivo fez um levantamento pormenorizado das propriedades que pertenceram a esse mosteiro, tornando mais eficaz a procura de vestígios do que foram essas granjas e quintas, quando ainda é possível encontrá-los (Fig.3).

Para este estudo seleccionou-se uma estrutura rural pertencente a cada um dos mosteiros em apreço.

Assim, nos primórdios da fundação de S. João de Tarouca, as granjas que pertenceram ao couto inicial, são Souto Redondo ou do Couto, S. Salvador, mais tarde designada como Quinta do Granjão<sup>19</sup>, e ainda a granja de Brufe<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> Idem p. 293 e p. 315

<sup>17</sup> Dom Maur de Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 68, « ... A igreja de S. João de Tarouca é o único exemplar do estilo das primeiras construções cistercienses conhecido em Portugal”, e ainda na mesma página:” Tarouca é uma igreja rústica, uma igreja de monges camponeses, que mesmo para rezar a Deus, pretendem uma construção robusta...”

<sup>18</sup> A. Almeida Fernandes, “ Acção dos Monges Cistercienses de Tarouca”, Revista de Guimarães, N.º 83, 1973.

<sup>19</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 255 e Maria do Céu S. Tereno, “Contributo para o estudo do património arquitectónico rural



Ao estudar os espaços em que se desenvolveu a vida quotidiana, é manifesta a influência que monges cistercienses exerceram, através das normas pelas quais se regiam e que deixaram impressas na arquitectura que construíram.

A arquitectura dos seus mosteiros é muito despojada tal como S. Bernardo pretendia, de linhas muito sóbrias, características também observáveis em edifícios menos impressionantes ligados ao trabalho agrícola, onde podem ver-se nitidamente a sobriedade, o despojamento das formas a inexistência de elementos decorativos mas também a solidez das construções que deixaram, nos vestígios que chegaram aos nossos dias. Apesar da sobriedade da sua arquitectura, esta nunca deixou de ser adequada às funções para as quais eram concebidos os edifícios.

Naturalmente que estas características são mais relevantes nos mosteiros legados pelos cistercienses, do que nas granjas, onde em parte significativa das vezes são apenas observáveis troços de edifícios, que para se adequarem à passagem do tempo foram condicionados a adaptarem-se às novas necessidades, o que não ocorreu de modo tão substancial com as suas igrejas e os mosteiros. No que respeita a S. João de Tarouca o seu enquadramento paisagístico foi naturalmente alterado como decurso do tempo mas o que actualmente se encontra ainda, leva-nos a pensar que as alterações introduzidas não devem ter sido muito profundas na vegetação que continua a enquadrar o conjunto (figs. 4 e 5).

Nos antigos coutos de S. João de Tarouca, e tendo como elementos de apoio, os já mencionados<sup>21</sup>, visitaram-se as localidades onde se tinham situado antigas granjas deste Mosteiro e de que se

---

cisterciense – Antiga Quinta do Granjão”, Actas “Tarouca, Espaço, Espírito e Poder”, Setembro 2002, pp. 79-109.

<sup>20</sup> J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 365 em que afirma ter esta quinta pertencido a um seu parente. Ver também A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca (História e Toponímia)*, Braga, 1995, p. 244.

<sup>21</sup> A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, vol. 83, pp. 283-290.

pode observar o esquema de distribuição. De entre as diversas granjas ainda existentes escolheu-se como exemplo a Quinta do Granjão (Fig.6), por esta apresentar uma riqueza de elementos ainda apreciáveis.

### **Quinta do Granjão**

A notícia mais remota que se encontrou referente à Quinta do Granjão, remonta a 1188, como consta do Documento 285, inserto na obra *Taroucae Monumenta Historica – Livro das Doações de Tarouca*<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> A. Almeida Fernandes, *Taroucae Monumenta Historica – Livro das Doações de Tarouca*, p. 237, Documento 285, p. 237

1181, Novembro: *Pedro Pais vende ao mosteiro de S. João de Tarouca, por três soldos a sua «herdade» no couto da Abadia onde chamam São Salvador* (f. São João de Tarouca) Granjão, karta Petri Pelaiz de hereditate in couto Sancti Salvatoris.

In Dei nomine. Ego Petrus Pelaiz vobis fratribus Sancti Johannis facio kartam venditionis de hereditate mea propria quam habeo in vestro couto in illo videlicet qui vocatur Sancti Salvatoris quomodo divitur ex una parte cum Carvalia de Prova et ex alia cum Didaco Petri usque in Barosam, quantum ibi habeo. Et accepimus a vobis in pretium .iij.es solidos, tantum michi bene complacuit et nichil apud vos remansit in debitum. Do et concedo vobis totam ipsam hereditatem ut habeteis in perpetuum. Et si aliquis homo venerit tam de propinquis quam de extraneis qui hoc factum meum irrumpere voluerit sit maledictus et cum juda in inferno citatus et insuper quantum requisierit tantum vobis duplet et domino terre aliud tantum. Facta mense Novembris. Pode admitir-se que os monges tenham feito a aquisição desta granja, nessa data, mas pode ter existido um núcleo inicial, coevo da constituição do couto. Deste modo A. de Almeida Fernandes, "Acção dos cistercienses de Tarouca (As granjas nos séculos XII e XIII) ", Revista de Guimarães, nº 84, 1974 – primeira parte na p.13, refere que: " A abadia, certamente decepcionada pela pouca liberalidade de D. Afonso Henriques com ela (liberalidade que a ordem de Cister só conseguiria mais tarde, com Alcobaça ), manifesta de facto, logo no inicio, duas intenções : subsistir economicamente, e daí as constantes aquisições de sua iniciativa, pois nem todos os fiéis a tomavam; e aumentar o seu couto, reunindo ao inicial todos os lugares vizinhos, tanto mais que desde 1152 (DR 238) ficara possuindo o seu, incomparavelmente mais vasto, o vizinho mosteiro de Salzedas. O «chegamento» ao couto facilitatar-se-ia depois pelo facto de as granjas claravalenses (cujo rápido e imediato estabelecimento tem nisto mais uma

onde, relativamente ao mês de Novembro surge: *Pedro Pais vende ao mosteiro de S. João de Tarouca, por três soldos a sua «herdade» no couto da Abadia onde chamam São Salvador (f. São João de Tarouca)*<sup>23</sup>.

Encostada à margem esquerda do Rio Barosa, num local em que o mesmo faz uma curva acentuada, a noroeste de S. João de Tarouca, e a cerca de 2 km encontra-se, em local isolado, a antiga Quinta do Salvador, posteriormente designada por Quinta do Granjão (Fig.7) fronteira à povoação de Outeiro – Mondim da Beira<sup>24</sup>. Esta Quinta<sup>25</sup>, de que se encontra ainda uma parte significativa do muro da cerca, tem uma configuração irregular, numa forma oblonga com a sua maior dimensão medindo cerca de 1100 m, no sentido nordeste – sudoeste, e a menor dimensão, no sentido perpendicular a este variando de 100 a 500 m. É um terreno com um declive bastante acentuado, cujas cotas variam de 490 m junto ao rio a 610 m na parte mais elevada da Quinta.

---

explicação) serem privilegiadas – ou como as tenho dito, *grangiae-cauta*.” Este aspecto demonstra efectivamente a necessidade do alargamento do território pertencente a S. João de Tarouca.

<sup>23</sup> João Cunha Matos e Rosa Marreiros, “ O Património do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca nos Séculos XII e XIII”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, Vol. I, Ourense, 1992, p. 500, onde mencionam o facto do Mosteiro de S. João de Tarouca, ter efectuado um maior número de aquisições, do que obteve doações; A.M. Balcão Vicente “ Cister em Trás-os-Montes (Sc. XII-XIII)” *II Congresso Internacional sobre El Cister – En Galicia y Portugal*” *Actas do Congresso*, 1998, pp.147-154, C.M. Guardado da Silva “ O temporal do mosteiro de Tarouca”, séculos XII-XIII, *II Congresso Internacional sobre El Cister – En Galicia y Portugal*” *Actas do Congresso*, 1998, pp. 481-485

<sup>24</sup> João Maria Baptista, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 1875, p. 432, “Compr.e esta F. os log.es de Mondim de baixo e Mondim de Cima, que constituem a V<sup>a</sup> de Mondim, segundo se collige da E.P., o L. de Almofala; e as q.tas de Alvarinho e Granjão.”.

<sup>25</sup> A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, n.º 84, p. 26 e Abade Vasco Moreira, *Monografia do Concelho de Tarouca – História e Arte*, Viseu, 1924, p. 136, onde se refere à Quinta do Granjão como uma feitoria dos monges.

Nesta quinta a parte edificada situa-se a uma cota de cerca de 540 m, numa posição intermédia no sentido da sua maior dimensão, entre duas linhas de água que se conjugam antes de atingir o Rio Barosa.

O conjunto situa-se num espaço de pequeno declive próximo da parte Sul do muro da cerca, em ligação com o caminho que devia conduzir ao Mosteiro. Para aproveitar na sua máxima dimensão a plataforma existente, o edifício de habitação está implantado no limite da mesma, onde nasce a fachada virada ao pátio, orientada a sudoeste, com a altura de um só piso e a fachada oposta, virada para o rio vence o desnível com a altura de dois pisos, dos quais apenas o correspondente ao já referido, tem utilização visível (Figs.8,9,10, 11).

Desconhece-se qual terá sido a constituição completa do conjunto edificado da Quinta do Granjão, embora o inventário de 1834, respeitante aos bens do Mosteiro de S. João de Tarouca<sup>26</sup>, refira a existência: " [...] «Casa de residência», capelas, lagar, cortes [...]".

A dimensão da granja, o tipo de culturas praticadas, a distância a que se encontra do mosteiro levam-nos a considerar que esta, nos termos definidos por Almeida Fernandes, seria uma granja de tipo inferior, portanto sem intervenção na área cultural e sem necessidade de dispor de capela<sup>27</sup>. Trata-se de um edifício construído em alvenaria

---

<sup>26</sup> J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.* p. 370, e Ricardo Teixeira, "Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro", *Cister no Vale do Douro*, Porto, 1999, p. 239, onde para além dos edifícios mencionados no Inventário atrás referido, menciona vários edifícios destinados a armazenamento, de produtos e alfaías agrícolas, celeiros e estábulos.

<sup>27</sup> Ricardo Teixeira, *ob. cit.*, p. 239, e A. de Almeida Fernandes, "Acção dos cistercienses de Tarouca (As granjas nos séculos XII e XIII)", *Revista de Guimarães*, n.º 84, 1974 – primeira parte", p. 25, onde menciona as granjas que considerava inferiores: "Esta mesma granja de Brufe, tal como a de Souto Redondo, carece da importância das demais, pertencendo, pois, ao tipo que já qualifiquei de «inferior»: era uma espécie de herdade cultivada pelos próprios frades. Isto sucede ainda com a outra do couto, deles vizinha como essa e da outra banda do rio, - aquela que foi chamada de

de granito aparelhado, de planta em “L”, de um piso, como se observa nos seus alçados sudoeste e sueste. Nos alçados exteriores, opostos a estes, para vencer o desnível observa-se uma altura correspondente a dois pisos, embora as fenestranças<sup>28</sup> e outros vãos existam apenas no piso superior, sendo cegas as paredes até às fundações.

Os edifícios que podem considerar-se de maior interesse, situam-se em torno de um pátio.

Verificou-se que durante o período de observação de 2001 – 2010 (altura da última visita a esta granja), as ruínas da mesma se mantiveram sem agravamento visível.

### **Mosteiro de Santa Maria de Salzedas**

A fundação do Mosteiro de Salzedas<sup>29</sup> consta na obra de Frei Baltazar dos Reis, de 1610<sup>30</sup>, como sendo determinada por ordem de D.

---

S. Salvador, nome substituído, no séc. XIII (primeira metade), pelo de Granjão, que ainda o local tem. Que os próprios monges faziam nelas os trabalhos agrícolas provam-no doações destinadas a dispensá-los deles.”.

<sup>28</sup> Somos no entanto de opinião que o conjunto deveria ser classificado, com o objectivo de proceder à sua conservação

<sup>29</sup> Dom Maur de Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 78, onde citando Rui Pinto de Azevedo, refere que « A fundação de Salzedas é o problema mais inexplicável da nossa história medieval”.

<sup>30</sup> Frei Baltazar dos Reis, *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, apenso às *Memórias de Mondim da Beira*, de J. Leite de Vasconcelos, 1934, p.1, onde refere que “ De como foram dous Mosteiros fundados em o Couto de Argeriz, que oie se chama Couto do Mosteiro de Sancta Maria da Salzeda, per ordem de Donna Tareja Afonso, filha do Conde Dom Affonso de Astúrias, mulher que foi de Don Egas Moniz e ama del Rey Dom Affonso Enriques e de seus filhos, no Couto de Argeriz, que oie se chama o Couto do Mosteiro da Salzeda: os quais Mosteiros hum delles, que foi o primeiro, mandou fundar abaixo da vila da Cucanha, junto do rio Barosa, na comarca da cidade Lamego, duas legoas della, ao qual intitidou o *Mosteiro de Sancta Maria da salzeda*( e por memoria delle se chama agora aonde esteve este Mosteiro edificado *Nossa senhora da Abbadia Velha*, que o tempo consumio); e o segundo, e que oie permanece, mandou fundar junto do Rio Torno, hum quarto de legoa distante do

Teresa Afonso, mulher de Egas Moniz (fig.13). O rei D. Afonso Henriques concedeu-lhe, em 1152, o privilégio do couto de Argeriz<sup>31</sup>, e posteriormente, em 1155, permitiu-lhe doá-lo ao mosteiro de Salzeda<sup>32</sup>.

É desta mesma data a referência pela primeira vez ao *monasterium de Salzeda*<sup>33</sup>, designação que manteve até à actualidade. No entanto, houve um mosteiro primitivo, situado na localidade conhecida hoje como Abadia Velha<sup>34</sup>, e que inicialmente se chamou Salzeda. Almeida Fernandes<sup>35</sup> afirma que este nome foi transferido juntamente com o mosteiro, para o local que hoje ocupa, a cerca de 1500 m, do primitivo local<sup>36</sup>.

Situa-se num vale bastante amplo (fig.15), rodeado de férteis terrenos, e onde se salienta a massa construída da igreja e seu mosteiro. Foi construído, tal como estipulava o Exórdio de Cister, junto de um rio, o rio Torno, afluente do rio Barosa<sup>37</sup>, e tal como todos os mosteiros desta ordem, em local isolado.

## A paisagem vegetal natural

---

primeiro.", e ainda de Lúcia I. Gambini e João Mendonça Soares, " Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas...viagens e revisitações...", Actas do Colóquio Internacional: " Cister - Espaços, Territórios, Paisagens", IPPAR, 2000.

<sup>31</sup> A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho*. P. 195, este couto era constituído pelas actuais freguesias de Salzedas, Ucanha, Granja Nova, Vila Chã da Beira e Cimbres.

<sup>32</sup> A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho...*, p. 195.

<sup>33</sup> Idem, p. 199.

<sup>34</sup> Dom Maur de Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 77.

<sup>35</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 405

<sup>36</sup> Dom Maur de Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 78.

<sup>37</sup> Idem, p. 77.

O património natural que envolve as estruturas arquitectónicas cisterciense de carácter agrícola na Região da Beira Alta encontrava-se muito degradada devido principalmente à acção antrópica. No entanto, com base em trabalhos de campo, na análise edafo-climática e na fitogeografia das espécies autóctones, entre outros factores, identificaram-se algumas áreas com vegetação natural pouco alterada que se encontrava em mosaico com a vegetação actual dominada por pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), eucalipto (*Eucalyptus globulus*), acácia (*Acacia spp.*), entre outras espécies introduzidas.

Os mosteiros de São João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas (fig.15) e a Quinta do Granjão apresentavam o mesmo enquadramento paisagístico (fig. 16). Localizam-se nas abas da Serra de Leomil, uma elevação que alcança os 1008 metros de altitude, onde nasce o Rio Barosa. Segundo Costa et al. (1998)<sup>38</sup>, encontram-se neste território de clima temperado oceânico, sem descontinuidade fisiográfica e litológica, um elevado número de endemismos tais como o tojo gatunho (*Ulex micranthus*) que traduzem a fronteira biogeográfica entre as regiões mediterrânica e eurosiberiana mantida pelo menos, durante grande parte da última glaciação pleistocénica e do Holocénico. A flora identificada nestas “ilhas” naturais reflectem a transição climática, traduzida pela presença de espécies mediterrânicas como o medronheiro (*Arbutus unedo*), trovisco fêmea (*Daphne gnidium*), loureiro (*Laurus nobilis*), gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) ou salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*), que são testemunhas de migrações que decorreram durante os períodos mais quentes, à milhares de anos. Actualmente convivem com as espécies atlânticas, sendo as mais comuns na região, o bordo (*Acer pseudoplatanus*), urze irlandesa (*Daboecia cantabrica*), escalheiro

---

<sup>38</sup> Costa, J. C.; Aguiar, C.; Capelo, J. H.; Lousã, M. & Neto, C. (1998) – Biogeografia de Portugal Continental. Quercetea, vol. 0: 5-56. ALFA/FIP.

(*Pyrus cordata*), avelaneira (*Corylus avellana*), arranha lobos (*Genista berberidae*), hipericão do Gerês (*Hypericum androsaemum*), orégão vulgar do Minho (*Origanum vulgare*), e tojo molar (*Ulex minor*), entre outras.

A vegetação climácica estava representada pelos carvalhais de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) em mosaico com grupos de castanheiros (*Castanea sativa*) que, nos territórios de altitudes superiores a 700 m, verificou-se que registavam o óptimo ecológico. No estado climáce, estas formações são dominadas por plantas de sombra, de floração invernal e primaveril que, frequentemente, antecipam o aparecimento e desenvolvimento das folhas. Estas florestas na etapa madura são muito raras e encontram-se em pequenas áreas devido à exploração da madeira para construção, lenha, cama dos animais e fabrico de mobiliário e tonéis.

Nos sub-bosques foram identificados os giestais heliófilos de giesta branca (*Cytisus multiflorus*), primocolonizadores de solos abandonados pela agricultura, os de piorno-dos-tintureiros (*Genista florida* subsp. *polygaliphylla*) e os urzais-tojais de tojo molar (*Ulex minor*) e queiró (*Erica umbellatae*).

No estrato herbáceo eram importantes os lameiros de regadio explorados para pasto e feno, caracterizados por rabo-de-cão (*Cynosurus cristatus*), macela (*Chamaemelum nobile*), erva de cheiro (*Anthoxanthum odoratum*), erva-lanar (*Holcus lanatus*), pé de lebre (*Trifolium pratense*), tanchagem das boticas (*Plantago lanceolata*) e trevo branco (*Trifolium repens*).

Os amiais (*Alnus glutinosa*) ou floresta de amieiros de grande porte ocupavam a primeira faixa de vegetação arbórea, nas margens do Rio Barosa e afluentes, que tinham pouca corrente e regime perene, sem grandes flutuações de caudais. Alguns amieiros (*Alnus glutinosa*) tinham as raízes dentro de água e, nos troços mais estreitos, as copas das duas margens chegavam a tocar-se, formando galerias. No seu interior, onde o copado era menos denso, identificou-se uma segunda



faixa arbustiva alta, com salgueirais de borrazeira negra (*Salix atrocinerea*) e borrazeira branca (*Salix salviifolia*) nas zonas muito húmidas ou dentro de água, em mosaico com silvados de silva (*Rubus ulmifolius*), com madressilva (*Lonicera periclymenum*), amieiro negro (*Frangula alnus*) e escalheiro (*Pyrus cordata*), nos solos mais secos. Em situações pontuais apareciam os prados/junciais de junco de flor aguda (*Juncus acutiflorus*), junco solto (*Juncus effusus*), erva coelheira (*Lotus pedunculatus*) e bruco de Salvaterra (*Peucedanum lancifolium*) em solos encharcados todo o ano, pastoreados e fenados.

### **Antiga Granja de Cimbres**

Dirigimo-nos em direcção a Cimbres<sup>39</sup>, pela estrada que vai em para Vila Chã de Cangueiros, e que se situa a este/sudeste de Salzedas, a cerca de 2 km (fig.17).

Nesta localidade, e em zona central, sendo limitado a poente pela Rua 25 de Abril, e circundando todo o quarteirão a Rua das Figueiras, encontrou-se um edifício ou conjunto de edifícios, dada a sua extensão, que pertenceram aos monges de Santa Maria de Salzedas.

Parece ter sido o que restou da antiga granja. O seu estado de conservação é diferenciado (fig. 18), visto que foi propriedade de uma família, que por motivo de partilhas, conservou uma parte do conjunto arquitectónico, e alguns dos herdeiros venderam a outra parte, que parece ter sido muito fragmentada, no que respeita à distribuição por vários proprietários.

A antiga granja de Cimbres é constituída por diversos edifícios, de características diferenciadas. A sudoeste do que pode ser considerado como um quarteirão e que se localiza próximo do muro da propriedade, encontra-se a parte mais densa do conjunto edificado,

---

<sup>39</sup> Idem, p. 183 e A. Almeida Fernandes, "Toponímia da Beira Alta, no dicionário onomástico etimológico", Revista Beira Alta, vol. LV, nº 3 e 4, 1996, p. 223.

com orientação predominante, segundo o seu eixo maior, a nordeste/sudoeste.

É neste conjunto que ainda se encontra um sector do edifício que aparenta ter pertencido à antiga granja. As suas características impressivamente diferentes do resto desse bloco, o maior que se situa neste conjunto, apontam para um edifício ainda não muito intervencionado (fig. 19). Pode ver-se no seu alçado lateral sudoeste, num piso mais elevado, uma janela geminada, em cantaria de granito, que é única neste conjunto de edifícios. Este edifício conserva ainda muitas das características de construção do século XVII/XVIII, que apresenta algumas semelhanças com a Antiga Quinta do Granjão. Semelhanças encontradas na dimensão dos vãos, nos ritmos das fachadas, até nas molduras das janelas. Não foi possível ter acesso ao interior desta parte do conjunto, por pertencer ainda a outros proprietários.

No seguimento do edifício, que anda a ser alvo de uma intervenção, surge a ligação a um outro, que possivelmente constituiria um bloco solidário com o primeiro, a parte deste conjunto que foi “restaurada” para habitação dos proprietários. Pode observar-se pelas imagens, que esta intervenção não respeitou os materiais originais do edifício, observáveis na parte mais arruinada, tendo sido introduzidos espuriamente, o betão e o alumínio.

Paralelamente, e no topo noroeste deste edifício situa-se outro, cuja orientação predominante do eixo maior é de noroeste/sudeste, que aparenta ter sido a casa de habitação da antiga granja<sup>40</sup>. O acesso a este edifício foi-nos facultado<sup>41</sup>, bem como ao edifício que

---

<sup>40</sup> Para se poder ter acesso ao conjunto, foi-nos facultado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cimbres, o Sr. Carlos Alberto Monteiro Rodrigues, o contacto da pessoa que tinha a chave do conjunto, ao qual agradecemos a gentileza com que acolheu o nosso pedido.

<sup>41</sup> Em visita ao local, conduzida pelo Sr. João da Conceição Lazarim, de Cimbres, e a quem também expressamos o nosso reconhecimento pela disponibilidade em nos

serviu de tulha. Trata-se de um edifício de dois pisos, no piso térreo se fazia a recolha dos animais necessários ao trabalho nos campos, havendo uma cocheira com a respectiva manjedoura, e espaços destinados à recolha de alfaias agrícolas, bem como do cereal produzido na zona. O seu estado de conservação é deplorável, havendo zonas em que já não existem nem telhados nem os soalhos dos pisos intermédios.

Por detrás deste edifício situa-se um outro, transformado agora em edifício de habitação, onde apenas são reconhecíveis os materiais de construção, em tudo semelhantes ao do edifício já descrito. As intervenções que sofreu com a finalidade de o tornar habitável<sup>42</sup> descaracterizaram-no por completo.

Orientada a noroeste situa-se a alguma distância uma pequena capela<sup>43</sup>. Próxima desta capela situa-se um edifício de um só piso que alberga, ainda, tulhas de madeira que se destinavam à recolha dos cereais. Curiosamente as tulhas conservam-se ainda em condições de conservação relativamente boas.

Como é observável pelas imagens, o conjunto apresenta condições de conservação tão diversificadas como o número de edifícios que contém.

### **Celeiro de Mondim de Baixo**

Este edifício situa-se na zona central da localidade (fig. 20), na confluência das Ruas Fernandes Canhão e Prof. João António Lopes

---

mostrar o conjunto, pudemos observar que o interior deste edifício estava parcialmente arruinado, e em muito mau estado de conservação.

<sup>42</sup> Actualmente encontra-se para venda.

<sup>43</sup> Apurámos, no entanto, que esta capela, não pertencia inicialmente a este local, tendo vindo de ponto indeterminado do Alentejo e ali montada por vontade do então proprietário, em época não muito recuada.

Ribeiro. O conjunto avista-se da Rua Direita, onde se localiza a Igreja Matriz de Mondim de Baixo<sup>44</sup>.

Edifício de grandes dimensões de planta sensivelmente quadrada teve inicialmente dois pisos, aos quais, em época mais tardia, foi acrescentado um terceiro piso e realizado com materiais de menor qualidade.

Nota-se neste edifício uma composição arquitectónica muito equilibrada, podendo considerar-se que o alçado que se encontra na Rua Prof. João António Lopes Ribeiro apresenta um eixo central de simetria, definido pela porta do piso térreo e pela varanda do piso posteriormente acrescentado (Figs. 21 e 22).

O alçado localizado na Rua Fernandes Canhão apresenta também eixo de simetria, encontrando-se os vãos dispostos de forma equilibrada neste alçado. Os materiais construtivos empregues, foram a alvenaria de pedra revestida por reboco e pintura, e para as molduras das portas e janelas foi empregue o granito. Portas e janelas apresentam caixilharias de madeira em precário estado de conservação. Este aspecto de ruína estende-se a todo o edifício, como se pode observar pelas imagens obtidas.

## **Conclusões**

O estudo do património arquitectónico, relacionado com as estruturas cistercienses, de que se salientam os mosteiros e as granjas, considerando o interesse na salvaguarda de alguns exemplares ilustrativos da riqueza e diversidade que estas estruturas revelam, depara-se quase sempre com condicionamentos de diferentes naturezas, das quais relevamos as que consideramos mais pertinentes:

---

<sup>44</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, p.252, ver fotografia 125.

A sua acessibilidade torna-se muitas vezes difícil, pelo facto de se encontrarem muito disseminadas pelo território, pelas características orográficas do mesmo e pelos traçados viários de natureza secundária que a dificultam;

Estes vestígios conheceram sortes diferentes; consoante os destinatários que delas se assenhorearam, fosse por via de herança, aquisição directa, indirecta, leilão e alienação de bens por parte do Estado, do ponto de vista da conservação do património, partilharam o infeliz denominador comum, sendo muitas delas alijadas na sua subsistência até aos nossos dias – apenas as mais fortes do ponto de vista económico despertaram o interesse por parte dos seus proprietários, sobrevivendo até aos nossos dias, de forma identificável e não apenas como um mero vestígio de um passado vivido;

As dificuldades no acesso à propriedade privada foi um constrangimento que demorou o processo de consulta, devido à morosidade na identificação dos seus proprietários num primeiro momento, e, depois de reconhecidos, havia ainda a difícil tarefa de obtenção das necessárias autorizações para o acesso à propriedade – muitos destes processos de obtenção resultariam infrutíferos, factor potenciador de delongas no processo de investigação;

A diluição dos vestígios utilizados na implementação de novas utilizações, atribuídas às edificações, dificultam e muitas vezes inviabilizam a sua identificação.

Após a análise dos mosteiros e granjas em apreço aplicaram-se três tipos de avaliações relativas aos patrimónios vegetais (antrópicos), construídos e ao conjunto natural e construído.

No património vegetal (antrópico) relacionou-se o tipo de paisagem (natural e intervencionada) com a envolvente paisagística dos mosteiros e das granjas e outras estruturas, classificando-as com cinco parâmetros: excepcional, notável, aprazível (Mosteiro de S. João

de Tarouca e Santa Maria de Salzedas) razoável (Quinta do Granjão), e degradada (Figs.22 e 23). Em relação ao património construído, tiveram-se em conta o estado de conservação e o tipo de granja, classificando-as em: excelente, bom, razoável (“Mosteiro de S. João de Tarouca” e “Santa Maria de Salzedas”) degradado (Quinta do Granjão, Cimbres, Mondim de Baixo) e encoberto pela vegetação. Na síntese da avaliação do património natural e construído (fig. 23), em que se relacionou a paisagem/conservação com os mosteiros e granjas/envolvência paisagística, foram atribuídas cinco classificações: notável (não foi atribuída), aprazível (não foi atribuída), razoável à (“Mosteiro de S. João de Tarouca” e “Santa Maria de Salzedas”) em ruínas a (Quinta do Granjão, Cimbres, Mondim de Baixo), não tendo sido atribuído o nível não aplicável (fig. 24).



Fig.1 – S. João de Tarouca. Vista do conjunto do mosteiro.



Legenda:

1. Dormitório
2. Igreja
3. Casa da Tulha
4. Lagar/azinha

Fig.2 – S. João de Tarouca. Distribuição espacial dos vários edifícios que compunham o conjunto monástico.

Algumas das granjas pertencentes ao Mosteiro de S. João de Tarouca
Couto
Quinta do Granjão
Pinheiro
Sever
Leomil
Alvite
Mondim
Arcas

Fig.3 – S. João de Tarouca. Conjunto de granjas dependentes de S. João de Tarouca.

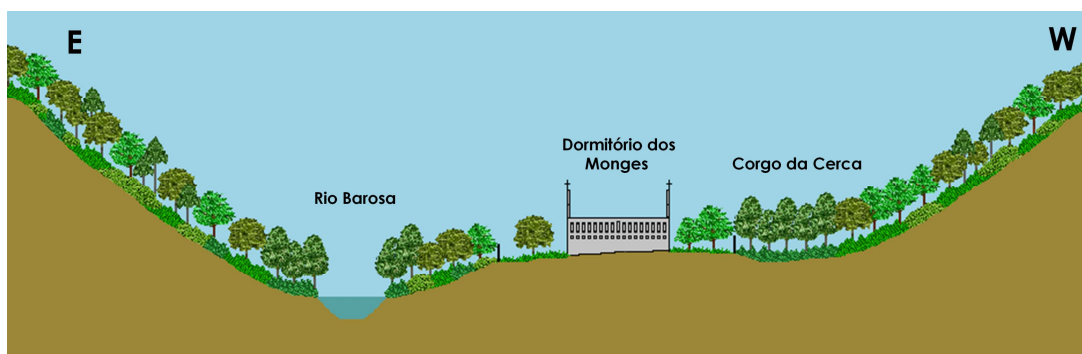


Fig.4 - Corte esquemático do património construído e paisagístico do Mosteiro de São João de Tarouca.



Fig.5 – Enquadramento paisagístico do Mosteiro de S. João de Tarouca.



Fig.6 – S. João de Tarouca. Planta de localização da Quinta do Granjão.

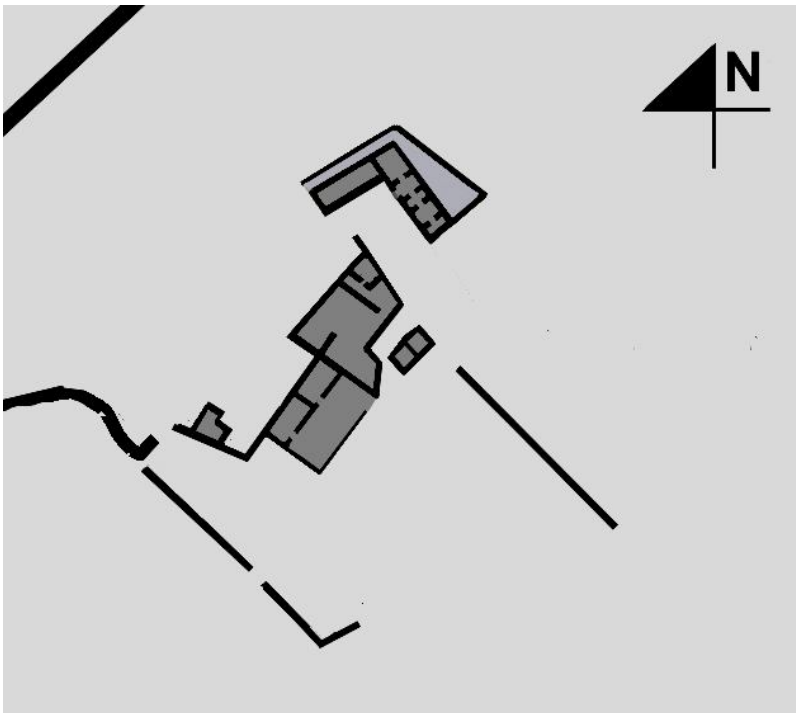


Fig.7 – Antiga Quinta do Granjão. Planta do conjunto rural.



Fig.8 – Antiga Quinta do Granjão. Vista do alçado principal da quinta do Granjão.



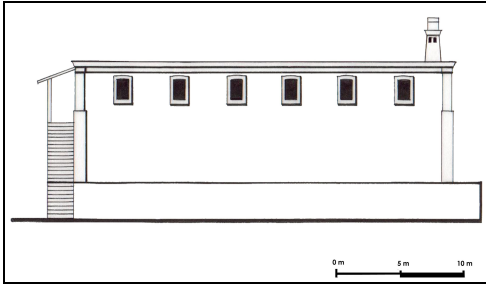


Fig.9 - Antiga Quinta do Granjão. Alçado principal da quinta do Granjão.

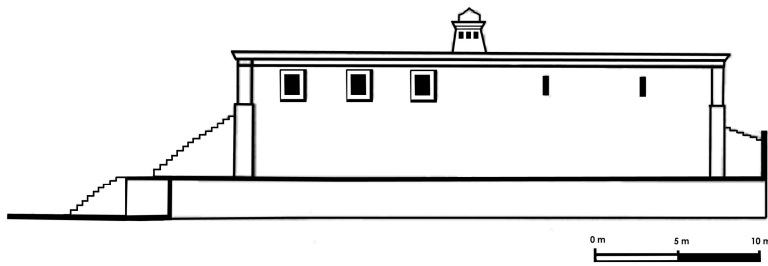


Fig.10 - Antiga Quinta do Granjão. Vista do Alçado posterior.

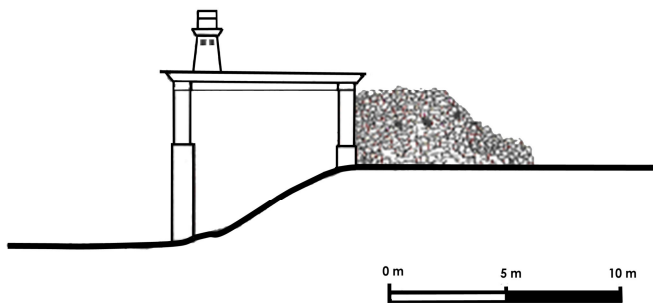


Fig.11 - Antiga Quinta do Granjão. Vista do Alçado lateral.



Fig.12 - Corte esquemático do património construído e paisagístico da Quinta do Granjão.



Fig.13 – Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Planta de localização.



Fig.14 – Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Vista do enquadramento paisagístico do mosteiro.

Algumas das granjas pertencentes ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
Pinhó
Telo
Cimbres
Ucanha
Granja Nova
Vila Chã de Cangueiros

Fig.15 – Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Algumas das granjas que pertenceram ao mosteiro.

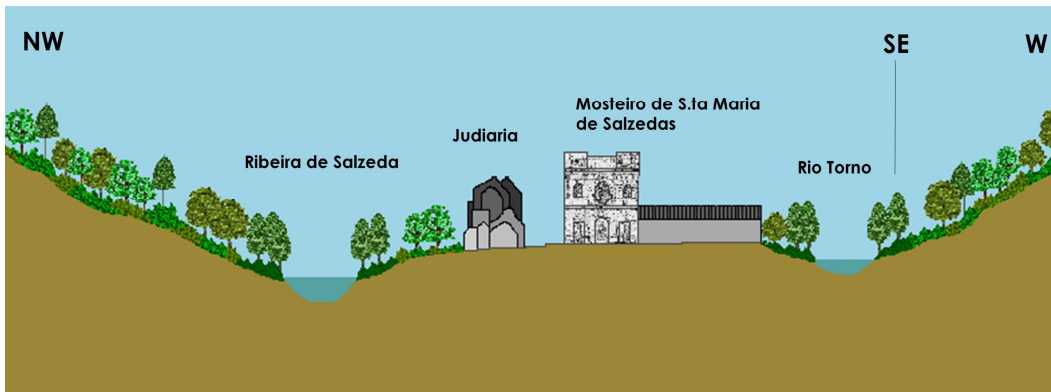


Fig.16 - Corte esquemático do património construído e paisagístico do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas.



Fig.17 - Planta de localização de Cimbres.



Fig.18 - Alçado lateral da Antiga Granja de Cimbres.



Fig.19 – Antiga Granja de Cimbres. Vista de um alçado interior.



Fig.20 – Planta de localização da antiga tulha de Mondim de Baixo.



Fig.21 – Alçado da Antiga tulha de Mondim de Baixo.



Fig.22 – Alçado para a Rua Fernandes Canhão, da antiga Tulha de Mondim de Baixo.

Tipo de paisagem	Classificação	Estrutura rural /Granja
Natural e intervencionada	Excepcional	-
	Notável	-
	Aprazível	S. João de Tarouca / Santa Maria de Salzedas
	Razoável	Quinta do Granjão
	Degradada	Cimbres

Fig.23 - Avaliação do património vegetal (antrópico).

Estado de conservação	Classificação	Estrutura rural /granja
Estruturas rurais	Excelente	-
	Bom	-
	Razoável	"S. João de Tarouca" / "Santa Maria de Salzedas"
	Degradado	Quinta do Granjão, Cimbres , Mondim da Beira
	Encoberto (vegetação)	-

Fig.24 - Avaliação do património construído.

Síntese	Classificação	Granja/ Mosteiro / envolvência paisagística
Paisagem /	Notável	-

conservação	Aprazível	-
	Razoável	"S. João de Tarouca" / "Santa Maria de Salzedas"
	Ruínas	Quinta do Granjão, Cimbres , Mondim da Beira
	Não aplicável	

Fig.25 - Avaliação do património natural e construído.